CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em Única Discussão
Por: Unanimidade
Plenário 12 / 04 / 2021
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, realizada no dia cinco de abril do ano de dois mil e vinte e um, na Câmara Municipal de Santarém, via plenário virtual modo remoto. À hora regimental o vereador **RONAN LIBERAL JR. (MDB),** presidente do Poder Legislativo, deu boas-vindas a todos, e iniciou à sessão com o GRANDE EXPEDIENTE. **TEMPO DAS LIDERANÇAS:** O vereador **JK DO POVÃO (PSDB**) manifestou solidariedade aos vendedores da Vila de Alter do Chão, que não estão trabalhando em decorrência da pandemia. Manifestou indignação com a etapa de uma competição de triatlo, realizada no último domingo na Vila balneária, questionando a liberação do evento que gerou desrespeito às orientações sanitárias em combate à covid-19. Destacou que é um desrespeito com quem não pode trabalhar e com o Comitê de Crise, que não foi ouvido. O vereador **CARLOS MARTINS (PT**) também se posicionou sobre o evento ocorrido em Alter do Chão, no último final de semana. Relatou que custou a acreditar na liberação do evento, nesse momento de pandemia; e que, infelizmente, foi liberado pela Prefeitura de Santarém, por meio da Vigilância Sanitária, e que o Comitê de Crise não teria sido consultado. Comentou ainda sobre a nota do Conselho Comunitário da Vila Balneária que informou que não existiu diálogo com a comunidade, e um dos membros da associação dos empreendedores de turismo questionou sobre a não liberação também das praias, já que tal evento foi autorizado. Avaliou que a Vigilância Sanitária agiu de forma amadora, e demonstrou que não tem condições de instaurar qualquer procedimento. Pela ordem, vereador JK do Povão (PSDB) disse que não acredita que o coordenador da Vigilância Sanitária tenha realizado essa liberação, e que tenha sido uma determinação direta. O vereador **JÚNIOR TAPAJÓS (PL**) também destacou sobre o evento ocorrido em Alter do Chão, ressaltando a indignação das pessoas que estão com suas atividades econômicas suspensas, por conta da pandemia. Destacou que é bem contraditório, as praias e bares fechados, e um evento como esse liberado. Relatou que, segundo informações, foram apresentadas condições para que este evento fosse realizado, como se observa na nota emitida pela Vigilância Sanitária. Disse que o evento será investigado, mas, enfatizou que não podem apagar o serviço prestado pela Vigilância Sanitária, SEMSA e Comitê de Crise, apesar de este último não ter sido consultado. Disse que é de se lamentar e causar indignação, e como parlamentares não podem se eximir, porque não estão vivendo um período normal. Deixou sua solidariedade a todas as pessoas que tem sofrido com o fechado seu sustento econômico por conta da pandemia. O vereador **GERLANDE CASTRO (PSB**) lamentou a situação ocorrida em Alter do Chão, ressaltando que tem quase certeza que foi uma decisão que não partiu do Executivo, porque é perceptível a responsabilidade e preocupação do governo municipal para com a pandemia. Destacou que essa semana, a SEMSA estará levando vacinação para a comunidade de Cachoeira do Aruã, no Rio Arapiuns; e que deve prosseguir para outras comunidades daquela região. O vereador **JOSAFÁ GONÇALVES (PL**) fez críticas a ação dos órgãos de fiscalização que não têm feito a fiscalização devida, na orla da cidade. Relatou que os órgãos foram para periferia e fizeram várias abordagens, e as pessoas na orla continuam desrespeitado os protocolos sanitários estabelecidos. Quanto ao evento em Alter do Chão, destacou que o pessoal do desporto solicita que o Comitê de Crise faça uma análise, se tem uma liberação para um evento nacional, devem refletir a liberação da prática de esporte coletivo, como foi feito ano passado, com todas as determinações sanitárias estabelecidas. Disse que aguarda que o comitê reveja esse retorno. Pela ordem, o vereador Júnior Tapajós (PL) fez esclarecimento ao colega de partido, que tal decisão não passou pelo Comitê de Crise, foi uma decisão que segue o último decreto que libera as atividades individuais, por isso, foi autorizado, mas o que ocorreu na prática foi atividade coletiva, que causou aglomeração. A vereadora **ENFA. ALBA LEAL (MDB**) também comentou sobre o evento ocorrido em Alter do Chão. Registrou que o documento solicitando a realização do evento não passou pelo Comitê de

Crise. Por isso, deixou a mensagem a todos os integrantes para que, quando receberem um documento dessa natureza, possam levar ao comitê para discussão e evitar comprometer o município. Em seguida, registrou que estiveram reunidos com a direção do São Camilo para buscar estratégias que ajudem no atendimento da obstétrica do HMS. Disse que é uma forma de esvaziar a unidade, para que a obra continue e seja concluída em curto tempo. Informou que na terça-feira, deve haver uma reunião com a secretaria Vânia Portela para tratar dessa pauta e sobre a agencia transfusional dentro do HMS. Também fez registro sobre a sua visita ao Hospital de Campanha, registrando que conversou com o diretor técnico que solicitou que haja celeridade na regulação desses pacientes da Upa para o HC. O vereador **ERASMO MAIA (DEM)** fez registro do evento ocorrido no final de semana, em Alter do Chão. Disse que, segundo a Vigilância Sanitária, foi um evento autorizado em caráter unilateral do próprio setor, que destacava que seria um evento individual. Relatou que foi emitida uma nota da vigilância sanitária diante dos fatos que ocorreram, e pessoas deverão ser chamadas a prestar esclarecimentos. Sugeriu encaminharem um documento assinado por todos da Casa ao Comitê de Crise, Vigilância Sanitária e prefeito, ressaltando que é necessário requerer que esses eventos possam ser criteriosamente avaliados. Pela ordem, vereador Gerlande Castro (PSB) reforçou a observação da enfermeira Alba Leal, e sugeriu a realização de um levantamento dos dados referentes ao número de óbitos no Hospital Regional de Itaituba. No seu ponto de vista, o número é muito alto, e quase todos os pacientes que foram transferidos para a unidade não retornaram com vida. Pela ordem, o vereador Júnior Tapajós (PL) registrou sobre uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz e por pesquisadores da Universidade de São Paulo -USP. Segundo a pesquisa, a cada dez pacientes que foram intubados em UTI para tratar a covid-19, oito foram a óbito. Enquanto a média mundial de mortalidade é de cerca de 50%, no Brasil esse percentual sobe para 83,5% e fica entre as maiores do mundo. Comentou que essa taxa alta não é exclusividade do Hospital Regional de Itaituba, e que é importante esclarecer, que, infelizmente, é taxa do Brasil. Pela ordem, a vereadora Alba Leal (MDB) observou também que vários pacientes procuram a UPA já em um momento crítico da doença, o que agrava essa situação. Disse que há uma preocupação grande na transferência, e tem relatos do psicossocial da UPA, que entre dez pacientes que são convidados para o HRI, oito não querem ser transferidos. Destacou que a SESPA e o Município precisam verificar o processo dessas regulações. **TEMPO DAS BANCADAS**: O vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PSC)** também manifestou preocupação com os altos dados de mortalidade que ocorrem no HRI, e que também gostaria de saber sobre os dados de óbitos daquela unidade. Falou ainda dos profissionais de saúde que trabalham na UPA-24h e que não recebem insalubridade. Registrou que conversou com o Instituto Mais Saúde e secretaria de saúde Vânia Portela para que realizem um estudo para ver se conseguem retribuir os 20% aos profissionais da UPA. Fez registro também, sobre o evento que ocorreu em Alter do Chão. Relatou que entrou em contato com o prefeito Nélio Aguiar que informou que não sabia do evento. Disse que vai solicitar através de pedido de informação, o documento encaminhado pela coordenação do evento. Em aparte, o vereador JK do Povão (PSDB) disse que foi informado que foi protocolada na Secretaria de Esporte e Lazer, uma reunião com o coordenador do evento e o prefeito Nélio Aguiar. Registrou que, segundo essa informação, o prefeito sabia do evento. Acredita que teve uma ordem para o evento acontecer, mas não sabem de onde partiu, além disso, lamentou que a situação não passou pelo Comitê de Crise. Pediu que possam esclarecer de quem partiu a autorização e porque não passou pelo Comitê de Crise. O vereador Murilo Tolentino (PSC) registrou que gostaria de ver o documento de solicitação do evento, e que vão averiguar e investigar a questão. Em aparte, o vereador Elielton Lira (AVANTE) registrou que o prefeito Nélio Aguiar lhe informou que não era de seu conhecimento o evento. Destacou que talvez o coordenador da vigilância sanitária não tenha entendido o pedido, e se o

prefeito soubesse, não concordaria, pois tem buscado combater a covid-19 no município. Em aparte, o vereador Carlos Martins (PT) registrou que a Vigilância Sanitária não está em condição de instalar nenhum procedimento, e não deveria ter autorizado. Segundo ele, precisam apurar o porquê se tomou essa decisão, se foi induzida ou se tomou por conta própria. Em relação dos leitos de UTI, reforçou que precisam de mais leitos de estabilização, pois as pessoas estão ficando mais tempo na lista de espera. O vereador **ERASMO MAIA (DEM)** manifestou preocupação com a subida das águas do rio Tapajós. Na oportunidade, defendeu um planejamento de ações, uma vez que o nível atual já se aproxima do que foi registrado em 2009, quando a região enfrentou uma das maiores cheias. Em aparte, o vereador Carlos Martins (PT) também destacou sua preocupação, registrando que acompanhou uma reportagem sobre a enchente, que se prever atingir níveis muito altos. Pediu esclarecimentos, questionando se já não é o momento para solicitar situação de emergência, porque, segundo ele, leva um tempo para organização desse procedimento, e vão precisam de uma ajuda maior da Defesa Civil. O vereador Erasmo Maia (DEM) sugeriu que seja formada uma comissão de vereadores junto com a Defesa Civil para verificar *in loco* a situação para assim avaliar e verificar se já existe a necessidade de declarar situação de emergência no município. Também, propôs participação da Capitania Fluvial de Santarém para reforçar a orientação aos comandantes de grandes embarcações para os cuidados necessários ao navegarem próximo as comunidades. O vereador **ALYSSON PONTES (PSD)** anunciou que, na próxima semana, a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT, estará realizando o leilão de veículos apreendidos com problemas na documentação, cujos proprietários ainda não fizeram a regularização junto ao Estado e ao Município. Concluiu elogiando o processo de vacinação contra a Covid-19 em Santarém, destacando o formato *drive thru,* que agiliza o procedimento. Concluído o Grande Expediente passamos para a **Primeira Parte da Ordem do Dia.** Houve o retorno da ata do dia 24 de março de 2021, que foi lida na sessão anterior e que ficou sobre a mesa para correções. Colocada em discussão foi aprovada por unanimidade. Em seguida, ocorreu a leitura da ata do dia 29 de março de 2021, que após colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade. Em continuidade houve a leitura dos expedientes recebidos: MEMO. 12/2021 – GAB. Ver. Didi Feleol (PP). Em seguida, passou-se para a **Segunda Parte da Ordem do Dia**, com discussão e votação das matérias em pauta. **TRABALHOS APROVADOS E ACATADOS:** Moção de Pesar 79/2021, de autoria do vereador Carlos Martins (PT); Moção de Pesar 080/2021, de autoria da vereadora Enf. Alba Leal (MDB); Moção de Pesar 081/2021, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); Moções de Pesar 82, 83 e 94/2021, de autoria do vereador Ronan Liberal Jr. (MDB). Pedido de Informação 40/2021, de autoria do vereador Carlos Martins (PT); Pedido de Informação 41/2021, de autoria da vereadora enfa. Alba Leal (MDB); Pedido de Informação 42/2021, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB). Em seguida, entrou em pauta para votação em segundo turno, o **PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 051/2021**, de autoria do Poder Executivo, que altera o § 4º do artigo 49 da Lei Orgânica do Município de Santarém, que dispõe sobre o afastamento do Prefeito da sede do Município; o presidente lembrou que a matéria foi votada em primeiro turno no dia 23 de março, conforme preconiza a Lei Orgânica, que teve interstício de dez dias para retornar para votação em segundo turno. Relatou que foram apresentadas duas emendas modificativas, uma de autoria da maioria da CCJ, e outra de autoria do vereador Carlos Martins. No entanto, devido problemas técnicos de acessibilidade ao projeto por meio do sistema, o presidente solicitou que ele ficasse sobre a mesa para que o TI faça o ajuste necessários e os pares venham a votar com maior segurança. Em seguida, deu-se prosseguimento a pauta, com a aprovação dos Requerimentos 496 e 497/2021 de autoria do vereador Gerlande de Castro (PSB); requerimento 503/2021 de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB); requerimento 520/2021 de autoria do vereador JK do Povo (PSDB); requerimentos 521 e 533/2021

de autoria do vereador Júnior Tapajós (PL); requerimentos 522 a 525/2021 de autoria do vereador Elielton Lira (AVANTE); requerimentos 526, 527 e 528/2021 de autoria do vereador Erlon Rocha (MDB); requerimentos 529 e 530/2021, de autoria da vereadora Enfa. Alba Leal (MDB); requerimento 531/2021 de autoria do vereador Prof. Josafá Gonçalves (PL); requerimentos 532 e 534/2021 de autoria do vereador Alysson Pontes (PSD); Indicação 062/2021, de autoria da vereadora Alba Leal (MDB); Indicação 063 e 064/2021, de autoria da vereadora Adriana Almeida (PV); Indicação 065/2021, de autoria do vereador Alexandre Maduro (MDB). Esgotada a pauta e não havendo explicações pessoais, o presidente **RONAN LIBERAL JR. (MDB),** encerrou os trabalhos convidando a todos para a próxima sessão. Vereadores presentes: **ALEXANDRE MADURO (MDB) ANGELO TAPAJOS (REPUBLICANOS), ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB), ERASMO MAIA (DEM), JÚNIOR TAPAJÓS (PL), ERLON ROCHA (MDB), ENFERMEIRO MURILO TOLENTINO (PSC), CARLOS MARTINS (PT), PROF. JOSAFÁ DO SINPROSAN (PL), SÍLVIO NETO (DEM), RONAN LIBERAL JR. (MDB), GERLANDE CASTRO (PSB), ADRIANA ALMEIDA (PV), JK DO POVÃO (PSDB), AGUINALDO PROMISSÓRIA (PSL), BIGA KALAHARI (PT), ELIELTON LIRA (AVANTE), ALYSSON PONTES (PSD).** AUSENTE COM JUSTIFICATIVA: **DIDI FELEOL (PP), CARLOS SILVA (PSC).** LICENCIADO: **JANDER ILSON PEREIRA (DEM).** E para constar, mandou lavrar a ata que depois de lida, discutida e aprovada será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Alysson Pontes
2º Vice - Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário